

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.616 - MT (2019/0357013-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : CARLOS HENRIQUE NASCIMENTO ARECO
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE NASCIMENTO ARECO - MT0247970
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : JONH LENNON DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JONH LENNON DA SILVA, no qual se pretende a revisão de decisão monocrática de Integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - HC n. 1017648-32.2019.8.11.0000, que indeferiu pleito liminar em *writ* impetrado na mencionada Corte.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito de homicídio qualificado.

Sustenta o impetrante que se estaria diante de flagrante ilegalidade passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Entende que não estariam presentes os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal para a decretação da segregação cautelar.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Suscita o excesso de prazo para o oferecimento da denúncia.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional seja revogada a prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça, *"na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem"* (AgRg no HC 417.895/TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, o Desembargador Relator consignou que *"em que pese as alegações do impetrante, o juízo singular ao impor a prisão preventiva ao paciente justificou a necessidade da medida para garantia da ordem pública, invocando elementos que, a princípio, não são manifestamente descabidos"*, sendo que, *"não há*

Superior Tribunal de Justiça

manifesta ilegalidade ou teratologia, de modo que o exame aprofundado das questões deduzidas na inicial deverá ser postergado ao julgamento de mérito" (e-STJ fls. 22-23).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

